



PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

017. PROVA OBJETIVA

ADVOGADO PLENO – TRABALHISTA

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 70 questões objetivas.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorrida a metade do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto, para responder às questões de números **01** a **05**.

Na era da internet, com seus “rsrsrs” e as “longas” mensagens de 140 caracteres do Twitter, que lugar haveria para a retórica, a invenção dos gregos clássicos para permitir que nas democracias o bom cidadão pudesse defender seus pontos de vista falando bem? Na semana passada, o julgamento do mensalão no STF pôs em evidência os advogados dos réus. Eles foram lá exercitar sua retórica, uma vez que as peças de defesa já haviam sido escritas e enviadas aos ministros do tribunal. Os defensores, com raras exceções, saíram-se muito mal no quesito da retórica – que não é blá-blá-blá.

Quando assumiu o posto de presidente da Suprema Corte dos Estados Unidos, Earl Warren perguntou a um colega mais antigo em quem confiava plenamente o que ele deveria ler para conseguir escrever suas sentenças no alto nível que as circunstâncias exigiam. O colega de Warren, Hugo Black, respondeu: “Basta ler Retórica, de Aristóteles”.

Sábio conselho. Com a democracia, os gregos criaram esse mecanismo de sustentação oral baseado na lógica e na honestidade de pensamento a que chamaram de retórica. Os cidadãos eram frequentemente obrigados a defender em público não apenas ideias, mas sua propriedade e até a própria liberdade. Aristóteles ensinou que persuadir uma audiência nada tem a ver com eloquência. Isso é sofisma. O que separa um cidadão grego dotado da retórica de um mero sofista? A retórica vencedora não depende do dom da oratória, mas do valor moral do orador.

(Otávio Cabral e Carolina Melo. A retórica não é blá-blá-blá. *Veja*, 15.08.2012)

- 01.** A palavra que melhor traduz a ideia acerca da qualidade do orador, no contexto, é
- (A) tenacidade.
 - (B) verbosidade.
 - (C) probidade.
 - (D) entusiasmo.
 - (E) proselitismo.
- 02.** Na frase final do primeiro parágrafo está implícito que, em sua maioria, os defensores dos réus do mensalão
- (A) praticaram a retórica somente como oratória vazia.
 - (B) restringiram sua defesa a peças escritas.
 - (C) foram convincentes em suas manifestações escrita e oral.
 - (D) renunciaram ao recurso da sustentação oral.
 - (E) falaram livremente, como deve ocorrer nas democracias.

- 03.** Assinale a alternativa contendo as palavras cujos sentidos se opõem, correta e respectivamente, aos sentidos das expressões destacadas nas frases:

Com a **democracia**, os gregos criaram esse mecanismo de sustentação oral.

Aristóteles ensinou que persuadir uma audiência nada tem a ver com eloquência. Isso é **sofisma**.

- (A) o fisiologismo; falácia.
- (B) a meritocracia; eficácia.
- (C) o elitismo; má-fé.
- (D) o autoritarismo; boa-fé.
- (E) a soberania; imprevidência.

- 04.** Considere as seguintes afirmações:

I. As aspas em “longas” (1.º parágrafo) indicam que a palavra está sendo empregada em sentido irônico.

II. As aspas em “rsrsrs” (1.º parágrafo) indicam que se trata de palavra estrangeira, razão pela qual é incorreto empregá-la.

III. As aspas em “Basta ler Retórica, de Aristóteles” (2.º parágrafo) indicam que se trata de uma citação.

Deve-se concluir que está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

- 05.** Observe os trechos destacados em seus respectivos contextos:

I. ... permitir que nas democracias o bom cidadão pudesse defender seus pontos de vista **falando bem**?

II. Eles foram lá exercitar sua retórica, **uma vez que as peças de defesa já haviam sido escritas e enviadas aos ministros do tribunal**.

III. ...o que ele deveria ler **para conseguir escrever suas sentenças no alto nível** que as circunstâncias exigiam.

Esses trechos expressam, correta e respectivamente, as circunstâncias de

- (A) meio, restrição e finalidade.
- (B) modo, restrição e condição.
- (C) meio, causa e condição.
- (D) restrição, condição e finalidade.
- (E) modo, causa e finalidade.

06. Assinale a alternativa que apresenta conjugação de verbos e concordância nominal e verbal de acordo com o padrão culto da língua.
- (A) É inegável que aqueles que se disporem a basear suas defesas em puro blá-blá-blá, não expondo dado consistente, não será bem sucedido.
 - (B) Mesmo que os defensores se dispusessem a praticar uma defesa adequada, com argumentos que se mostrassem irrefutáveis, haveria quem lhes criticasse a estratégia.
 - (C) Haverão sempre os descontentes com as decisões emanadas do iminente julgador, caso as decisões dele se contraporem às expectativas dos réus.
 - (D) Os réus devem ter em seu defensor uma pessoa de sua confiança, que eles reputassem competentes, mesmo quando não se tratam de advogados famosos.
 - (E) Pela lei do Brasil, é proibido a prática da advocacia por estrangeiros; deseja-se que restrinjam sua atuação a seu país de origem, onde goza de plenos poderes.

Leia o texto, para responder às questões de números 07 a 10.

No terceiro dia de julgamento, seguiram-se novos depoimentos e finalmente fizeram-se as acareações. E o que facilitou grandemente a tarefa da acusação foi que, na esperança de melhorarem sua posição pessoal, os réus se puseram a acusar uns aos outros. Fez-se publicamente o exame dos prontuários tirados da parte dos arquivos da Polícia Central que Zabala não tivera tempo de destruir. Por meio desses documentos, ficou provado que mais de duzentas pessoas, entre as quais algumas dúzias de estudantes, haviam morrido de doenças e maus tratos nas diversas prisões de Cerro Hermoso e arredores, e seus corpos enterados numa vala comum, sem que seus parentes tivessem sido sequer notificados da “ocorrência”. Quando o promotor público terminou a acusação, o Presidente do Tribunal deu a palavra ao advogado profissional que o Comitê Central Revolucionário designara para defender os réus. O homem ergueu-se e declarou que, diante de todas aquelas provas, ele não só recusava fazer a defesa de seus constituintes como também não pedia sequer para eles a clemência dos jurados. E sentou-se. Sua “defesa” – que provocou aplausos – durou menos de um minuto.

(Érico Veríssimo, *O Senhor Embaixador*)

07. É correto afirmar que o texto dedica-se predominantemente a
- (A) descrever ações e relatar fatos objetivamente, tendo em vista que apresenta ocorrências havidas durante um julgamento, sem expressão de pontos de vista do enunciador.
 - (B) relatar fatos e descrever personagens subjetivamente, tendo em vista que apresenta ações de personagens que, segundo o ponto de vista do enunciador, mudaram o rumo da revolução.
 - (C) descrever personagens sem se ater a fatos, tendo em vista que apresenta características físicas e psicológicas daqueles, a partir da perspectiva particular do enunciador.
 - (D) expor teses que o enunciador discute a partir de um ponto de vista contrário às personagens identificadas como réus do processo apresentado.
 - (E) relatar fatos e discutir teses, tendo em vista que o enunciador tanto relata acontecimentos quanto expressa seu ponto de vista em apoio a estes.

08. Assinale a alternativa em que as duas formas verbais expressam tempo equivalente.

- (A) Puseram; tivessem sido notificados.
- (B) Fez-se; recusava.
- (C) Tivera; haviam morrido.
- (D) Melhorarem; tivera tempo.
- (E) Designara; declarou.

09. A alternativa em que a nova versão da frase do texto apresenta emprego e colocação de pronomes de acordo com a norma-padrão é:

- (A) No terceiro dia de julgamento, se seguiram novos depoimentos, os quais depois deles finalmente fizeram-se as acareações.
- (B) E facilitou grandemente a tarefa da acusação o fato onde os réus, na esperança de melhorarem sua posição pessoal, se puseram a acusar uns aos outros.
- (C) Se fez publicamente o exame dos prontuários tirados da parte dos arquivos da Polícia Central, os quais Zabala não tivera tempo de destruí-los.
- (D) Eram documentos importantes, cujos provaram que torturaram-se mais de duzentas pessoas, entre eles algumas dúzias de estudantes.
- (E) O Presidente do Tribunal deu a palavra ao advogado, profissional cuja designação para defender os réus deveu-se ao Comitê Central Revolucionário.

10. Assinale a alternativa em que o sinal indicativo de crase está empregado corretamente.

- (A) Foi dada a palavra à defesa, que se recusou à falar em favor de seus representados.
- (B) Provou-se que àqueles estudantes foram impostos severos maus tratos, até levá-los à morte.
- (C) À bem da verdade, a defesa não estava plenamente à par das acusações contra os réus.
- (D) À princípio, os acusados submetidos à acareação passaram a incriminar-se uns aos outros.
- (E) À partir daquele momento, as pessoas que assistiam àquele julgamento aplaudiram à atitude do defensor.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS COMUNS

DIREITO CONSTITUCIONAL

11. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por
- (A) partido político com representação no Congresso Nacional.
 - (B) organização sindical, em defesa de interesses de seus membros ou da coletividade.
 - (C) associação legalmente constituída e em funcionamento há mais de dois anos.
 - (D) associação legalmente constituída, em defesa de liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
 - (E) partido político com representação na Assembleia Legislativa do Estado em que a demanda for deduzida.
12. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:
- (A) legislar sobre propaganda comercial.
 - (B) legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.
 - (C) organizar, manter e executar a inspeção do trabalho.
 - (D) combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.
 - (E) fixar a responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
13. Leia as seguintes assertivas.
- I. O total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município.
 - II. A iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros se dá por meio de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado.
 - III. O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Municípios, que devem ser criados nos Municípios onde não existem.
 - IV. As contas dos Municípios ficarão, durante cento e oitenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.
- São corretas apenas as afirmativas
- (A) I e II.
 - (B) I e III.
 - (C) II e III.
 - (D) II e IV.
 - (E) III e IV.

14. Assinale a alternativa correta.

- (A) Somente por lei complementar específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação.
- (B) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, impedindo a propositura de ação penal.
- (C) Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão semestralmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.
- (D) Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, aplica-se o regime estatutário.
- (E) A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.

15. Considerando que as normas estabelecidas em relação ao Tribunal de Contas da União se aplicam, no que couber, à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios, é correto afirmar que

- (A) se não atendido, o Tribunal de Contas do Município poderá representar à Câmara dos Vereadores para sustar a execução do ato ilegal.
- (B) o Tribunal de Contas do Município encaminhará à Câmara dos Vereadores, semestral e anualmente, relatório de suas atividades.
- (C) os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas do Município, sob pena de responsabilidade subsidiária.
- (D) as decisões do Tribunal de Contas do Município que resultem imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.
- (E) compete ao Tribunal de Contas apreciar as contas prestadas anualmente pelo Prefeito, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em noventa dias a contar de seu recebimento.

16. Pertence(m) aos Municípios

- (A) vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados.
- (B) o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, por suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
- (C) cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
- (D) um por cento do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados.
- (E) vinte e cinco por cento do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico.

17. A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre

- (A) os privilégios fiscais não extensivos às empresas do setor privado dos quais poderão gozar.
- (B) a constituição e o funcionamento dos conselhos de administração e fiscal, excluindo-se a participação de acionistas minoritários.
- (C) licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da administração pública.
- (D) a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, exceto com relação aos direitos e obrigações trabalhistas.
- (E) os mandatos, a avaliação de desempenho e a isenção de responsabilidade dos administradores.

18. O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, sendo obrigatório para cidades com mais de

- (A) dez mil habitantes.
- (B) vinte mil habitantes.
- (C) trinta mil habitantes.
- (D) quarenta mil habitantes.
- (E) cinquenta mil habitantes.

19. Assinale a alternativa correta.

- (A) Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo municipal, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que deverá apontar a inconstitucionalidade do ato ou texto impugnado.
- (B) O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de três quintos dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- (C) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.
- (D) Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade confederação sindical, entidade de classe de âmbito nacional ou associação de defesa de interesses difusos e coletivos.
- (E) A arguição de descumprimento de preceito fundamental, decorrente da Constituição, em razão de lei ou ato normativo federal ou estadual, será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, ou pelo Tribunal de Justiça estadual, na forma da lei.

20. Sobre transportes, cabe ao Município

- (A) tributar operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte municipal e intermunicipal, nos termos da lei.
- (B) explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de transporte coletivo.
- (C) instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.
- (D) legislar sobre diretrizes da política de transportes.
- (E) organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.

21. Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei Orgânica do Município de São Paulo.

- (A) O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, composta de cinquenta e cinco vereadores eleitos dentre os cidadãos maiores de vinte e um anos e no exercício dos direitos políticos.
- (B) As sessões da Câmara dos Vereadores serão públicas, salvo deliberação em contrário, tomada por maioria absoluta de seus membros, quando ocorrer motivo relevante.
- (C) O controle interno da Administração Pública, a cargo da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.
- (D) O Prefeito, ou o Vice-Prefeito quando em exercício, não poderá ausentar-se do Município ou afastar-se do cargo, sem licença da Câmara Municipal, sob pena de perda do cargo, salvo por período não superior a quinze dias consecutivos.
- (E) O Município poderá, mediante lei, manter Guarda Municipal, subordinada ao Prefeito e destinada à proteção das pessoas, dos bens, serviços e instalações municipais.

22. De acordo com a Lei Orgânica do Município de São Paulo, algumas questões relevantes aos destinos do Município poderão ser submetidas a plebiscito ou referendo, a serem decididos pelo Plenário da Câmara Municipal cuja proposta pode partir do Poder Executivo ou por

- (A) um terço dos vereadores ou por pelo menos dois por cento do eleitorado.
- (B) maioria absoluta dos vereadores ou por pelo menos um por cento do eleitorado.
- (C) maioria simples dos vereadores ou por pelo menos um por cento do eleitorado.
- (D) um terço dos vereadores ou por pelo menos um por cento do eleitorado.
- (E) qualquer vereador ou por qualquer cidadão.

23. Considerando o disposto na Lei Orgânica do Município de São Paulo, assinale a alternativa correta a respeito dos servidores municipais.

- (A) Poderá o Município de São Paulo, mediante lei específica, regulamentar a criação e a manutenção, com recursos públicos, de carteiras especiais de previdência social para ocupantes de cargos eletivos.
- (B) É vedado ao vereador vincular-se à previdência municipal, devendo contribuir diretamente ao Instituto Nacional da Seguridade Social, submetendo-se ao regime geral da previdência social, por contribuições mensais incidentes sobre os seus subsídios.
- (C) Não serão admitidas contratações de pessoal na Administração Pública Municipal por tempo determinado.
- (D) O pedido de aposentadoria voluntária, bem como as pendências respectivas, deverão ser apreciados no prazo máximo de sessenta dias após o seu protocolamento, na forma da lei.
- (E) O reajuste geral da remuneração dos servidores da Administração Direta far-se-á sempre na mesma data, devendo ser estabelecida data diferenciada para a Administração autárquica e fundacional.

24. Os bens municipais poderão ser utilizados por terceiros, mediante concessão, permissão, autorização e locação social, conforme o caso e o interesse público ou social, devidamente justificado, o exigir. Nesse sentido, conforme estabelece a Lei Orgânica do Município de São Paulo, a autorização legislativa para concessão administrativa deixará de vigorar se o contrato não for formalizado, por escritura pública, dentro do prazo de

- (A) trinta dias.
- (B) noventa dias.
- (C) dois anos.
- (D) três anos.
- (E) cinco anos.

25. “Os bens e interesses públicos não pertencem à Administração nem a seus agentes. Cabe-lhes apenas geri-los, conservá-los e por eles velar em prol da coletividade, esta sim a verdadeira titular dos direitos e interesses públicos.” (José dos Santos Carvalho Filho *in Manual de Direito Administrativo*)

A conceituação acima reproduzida trata de um dos princípios do direito administrativo. Assinale a alternativa que contém um princípio que corretamente representa essa conceituação doutrinária.

- (A) Autotutela.
- (B) Eficiência.
- (C) Indisponibilidade.
- (D) Proteção à confiança.
- (E) Precaução.
26. São elementos nucleares característicos do poder discricionário:
- (A) conveniência e oportunidade.
- (B) legalidade e vinculação.
- (C) moralidade e liberdade.
- (D) limitação e ponderação.
- (E) competência e finalidade.
27. Sobre o regime jurídico das sociedades de economia mista, é correto afirmar que
- (A) devido a sua natureza híbrida, embora sejam pessoas jurídicas de direito público, não estão sob o controle do Estado.
- (B) sujeitam-se ao regime próprio das empresas privadas quanto às obrigações civis, mas possuem privilégios trabalhistas e tributários equivalentes aos dos entes públicos.
- (C) segundo entendimento doutrinário e jurisprudencial, são favorecidas com o prazo quinquenal de prescrição das ações de indenização contra ela ajuizadas.
- (D) podem ser constituídas, juridicamente, por qualquer das formas admitidas em direito, desde que sejam pluripessoais e com predomínio de capital do poder público.
- (E) os seus bens, integrantes do seu patrimônio, são considerados bens privados, mesmo aqueles provenientes do Ente Federativo que a instituiu.

28. Assinale a alternativa que contempla corretamente ato emanado da função administrativa.

- (A) Veto do Chefe do Executivo a projeto de lei.
- (B) Nomeação de um servidor público.
- (C) Decisão do juiz que manda pagar reajuste nos vencimentos dos servidores.
- (D) Edição de medida provisória pelo Presidente da República.
- (E) Regimento Interno de um Órgão do Poder Judiciário.

29. Considerando o disposto expressamente na Constituição Federal a respeito dos princípios da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, sendo vedado o acesso aos estrangeiros.
- (B) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas aos cargos técnicos e funções de direção, chefia e assessoramento.
- (C) É vedada a contratação de pessoal na Administração Pública por tempo determinado, devendo o responsável, nessa hipótese, ser responsabilizado civil, criminal e administrativamente.
- (D) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- (E) Os atos de improbidade administrativa importarão a cassação dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

30. A Constituição Federal assegura os direitos de obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal, e de petição aos poderes públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder. Assim sendo, considerando o disposto no texto constitucional, é correto afirmar que

- (A) o direito de petição é garantido a todos, independentemente de taxa, e o direito à obtenção de certidão dependerá do recolhimento da respectiva taxa.
- (B) ambos os direitos são exercidos mediante o pagamento de taxa.
- (C) ambos os direitos podem ser exercidos independentemente do pagamento de taxas.
- (D) a Administração terá o prazo de trinta dias para conceder a certidão.
- (E) o direito de petição é assegurado a todos, independentemente do pagamento de taxas, enquanto que o direito à obtenção de certidão gratuita é assegurado apenas aos pobres.

31. Tem legitimidade para propor ação civil pública:

- (A) o Ministério Público e as associações.
- (B) a associação instituída para a defesa do meio ambiente e a Defensoria Pública.
- (C) apenas as autarquias instituídas para a defesa do meio ambiente.
- (D) o partido político com representação no Congresso e a Defensoria Pública.
- (E) a União e a empresa pública.

32. Sobre a execução contra a Fazenda Pública, citar-se-á a Fazenda Pública para opor embargos em

- (A) 10 (dez) dias.
- (B) 15 (quinze) dias.
- (C) 20 (vinte) dias.
- (D) 30 (trinta) dias.
- (E) 60 (sessenta) dias.

33. Na execução provisória, sobrevindo acórdão que modifique ou anule a sentença objeto da execução,

- (A) fica sem efeito, restituindo-se as partes ao estado anterior e liquidados eventuais prejuízos nos mesmos autos, por arbitramento.
- (B) fica sem efeito, restituindo-se as partes ao estado anterior e liquidados eventuais prejuízos nos mesmos autos, por artigos.
- (C) fica sem efeito, restituindo-se as partes ao estado anterior e restituídos os valores mediante ação própria.
- (D) mantém a execução, executando-se a garantia depositada nos próprios autos da ação principal.
- (E) mantém a execução, executando-se a garantia depositada em autos apartados, mediante procedimento próprio.

34. Há litisconsórcio necessário quando

- (A) entre as partes houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide.
- (B) os direitos ou as obrigações das partes derivarem do mesmo fundamento de direito.
- (C) entre as causas, em que há interesse das partes, houver conexão pelo objeto ou pela causa de pedir.
- (D) por disposição de lei a decisão da lide deva ser uniforme para todas as partes.
- (E) ocorrer afinidade de questões por um ponto comum de fato ou de direito entre as partes envolvidas.

35. Em uma ação que pretendia o provimento jurisdicional que condenasse o réu a obrigação de fazer, por ocasião da audiência de conciliação, instrução e julgamento, as partes, após a oitiva das testemunhas do autor, firmaram um acordo em que o réu se comprometeu a cumprir parte da obrigação. Após o trânsito em julgado da sentença, descobriu-se que uma das testemunhas mentiu sobre os fatos, o que levou a um erro no entendimento da causa. Diante desse fato, assinale a alternativa correta.

- (A) O réu poderá propor ação rescisória até o prazo de dois anos a contar do trânsito em julgado.
- (B) O réu poderá propor ação rescisória até o prazo de quatro anos a contar do trânsito em julgado.
- (C) O réu poderá rever a decisão por meio de ação anulatória, assim como são rescindidos os atos jurídicos em geral.
- (D) Será possível deixar de cumprir a obrigação de fazer acordada, por faltar validade ao título judicial exequível.
- (E) Em razão da coisa julgada, não é possível reverter a decisão, em virtude da preclusão consumativa.

36. Da decisão que acolhe exceção de incompetência, assinale a alternativa correta.

- (A) Não é cabível nenhum recurso nesse procedimento.
- (B) Cabe recurso apenas em caso de improcedência do pedido.
- (C) É cabível agravo de instrumento.
- (D) É cabível apelação.
- (E) É cabível pedido de reconsideração.

37. Na apreciação de um recurso de apelação, que havia julgado improcedente a demanda, o acórdão proferido julgou por maioria de votos pela reforma parcial da decisão recorrida, reconhecendo, entretanto, a procedência de outra questão por unanimidade. A parte vencida opôs embargos infringentes. Diante desse fato, quanto ao prazo para apresentar recurso especial ou extraordinário, relativamente à parte unânime, assinale a alternativa correta.

- (A) É o mesmo dos embargos, sob pena de preclusão.
- (B) Ficará sobrestado até a intimação da decisão dos embargos.
- (C) Iniciará quando transitar em julgado a decisão por maioria.
- (D) O embargante deverá requerer o sobrestamento do prazo em preliminar.
- (E) Não há relação entre os prazos, sendo independentes.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

38. Tratando-se de penhora em bem indivisível, em ação de execução contra devedor solvente, no que diz respeito à meação do cônjuge que não é parte da ação, é correto afirmar:
- (A) Não poderá ser levado à hasta pública, por se tratar de bem indivisível, devendo o exequente nomear outros bens.
 - (B) A meação do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem.
 - (C) Não será autorizada a penhora do bem, por ser indivisível e comprovada a titularidade do meeiro.
 - (D) Deverão ser opostos embargos de terceiro, para o desfazimento da penhora sobre o bem.
 - (E) Deverão ser opostos embargos à execução, para o desfazimento da penhora sobre o bem.
39. O prazo para propor a ação principal em que houve uma medida cautelar preparatória é de
- (A) cinco dias, a contar da data da propositura da cautelar.
 - (B) vinte dias, a contar da data da propositura da cautelar.
 - (C) trinta dias, a contar da data da propositura da cautelar.
 - (D) trinta dias, a contar da efetivação da data da efetivação da medida.
 - (E) trinta dias, a contar da decisão que concedeu a medida.
40. Reputam-se conexas duas ou mais ações quando
- (A) Ihes for comum o objeto ou a causa de pedir.
 - (B) há identidade quanto às partes e à causa de pedir.
 - (C) Ihes for comum o objeto ou a causa de pedir e há identidade de partes.
 - (D) objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o da outra.
 - (E) objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o da outra e há identidade de partes.
41. São fontes formais do direito do trabalho:
- (A) as leis federais, os costumes, as convenções coletivas de trabalho e a analogia.
 - (B) as leis federais, os costumes, as convenções e acordos coletivos de trabalho.
 - (C) as leis federais, a jurisprudência, a equidade e os princípios de direito do trabalho.
 - (D) as leis federais, as sentenças normativas, a equidade e a analogia.
 - (E) a Constituição Federal, a Consolidação das Leis do Trabalho, a equidade e a analogia.
42. As comissões de conciliação prévia destinam-se à solução dos conflitos
- (A) individuais e coletivos do trabalho.
 - (B) coletivos do trabalho.
 - (C) individuais do trabalho.
 - (D) de natureza sindical.
 - (E) relacionados às comissões internas de prevenção de acidentes.
43. São princípios do direito individual do trabalho:
- (A) irrenunciabilidade, continuidade do contrato de trabalho e autonomia da vontade.
 - (B) primazia da realidade, norma mais favorável e descontinuidade do contrato de trabalho.
 - (C) condição mais benéfica, *in dubio pro operario* e tangibilidade salarial.
 - (D) irrenunciabilidade, primazia da forma e condição mais benéfica.
 - (E) continuidade do contrato de trabalho, norma mais favorável e irrenunciabilidade.
44. Assinale a alternativa correta.
- (A) A relação de trabalho é uma espécie de relação de emprego.
 - (B) Toda relação de trabalho corresponde a uma relação de emprego.
 - (C) O contrato individual de trabalho corresponde à relação de emprego.
 - (D) O contrato de emprego público tem natureza institucional.
 - (E) Admite-se o contrato individual de trabalho verbal ou escrito, e não o tácito.

45. Considera-se empregado
- (A) a pessoa física que presta serviços de natureza diária ao tomador de serviços, mediante subordinação jurídica, independentemente de remuneração.
 - (B) a pessoa física ou jurídica que presta serviços de natureza não eventual a empregador, mediante subordinação jurídica e recebimento de salário.
 - (C) a pessoa física que presta serviços de natureza contínua a uma pessoa jurídica, sempre mediante dependência econômica e recebimento de salário.
 - (D) a pessoa física que presta serviços de natureza não eventual a empregador, mediante subordinação jurídica e recebimento de salário.
 - (E) a pessoa física que presta serviços de natureza contínua ao tomador dos serviços, sob dependência técnica, independentemente do recebimento de salário.
46. São sujeitos do contrato de trabalho:
- (A) apenas empregado e empregador.
 - (B) empregado, empregador e empresa tomadora dos serviços terceirizados.
 - (C) trabalhador temporário, empresa de trabalho temporário e empresa-cliente.
 - (D) trabalhador avulso, órgão de gestão de mão de obra (OGMO) e empresa tomadora dos serviços.
 - (E) trabalhador temporário e empresa tomadora dos serviços.
47. Segundo entendimento do Tribunal Superior do Trabalho, a contratação de empregado público, após a edição da Constituição Federal de 1988, sem a aprovação prévia em concurso público
- (A) não tem relevância jurídica desde que empregado e empregador estejam de boa-fé.
 - (B) é nula, mas assegura ao trabalhador os salários referentes ao número de horas trabalhadas e respectivos valores do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
 - (C) assegura todos os direitos trabalhistas ao servidor contratado, desde que esteja de boa-fé.
 - (D) não assegura apenas a estabilidade no emprego.
 - (E) não assegura qualquer direito trabalhista ao servidor contratado.
48. São requisitos de validade do contrato de trabalho:
- (A) objeto lícito, continuidade e onerosidade.
 - (B) continuidade, onerosidade, pessoalidade, forma prescrita ou não defesa em lei.
 - (C) subordinação jurídica, não eventualidade na prestação dos serviços e agente capaz.
 - (D) objeto lícito, possível, determinado ou determinável; agente capaz e forma prescrita ou não defesa em lei.
 - (E) validade do objeto, forma escrita e fixação do termo final.
49. A suspensão do empregado por mais de trinta dias consecutivos
- (A) decorre do poder disciplinar do empregador, mas assegura o direito aos salários a partir do trigésimo primeiro dia.
 - (B) está facultada pela Consolidação das Leis do Trabalho, desde que o empregado tenha sido punido anteriormente.
 - (C) é uma faculdade do empregador, diante da gravidade da falta cometida pelo empregado.
 - (D) importa na rescisão do contrato de trabalho por justa causa.
 - (E) importa na rescisão do contrato de trabalho sem justa causa.
50. Analise as proposições a seguir:
- I. A prestação de trabalho perigoso ou insalubre não tem consequência jurídica em desfavor do empregador, desde que realize o pagamento do adicional correspondente.
 - II. A dupla punição do empregado, pelo mesmo ato faltoso, é tolerada em situações excepcionais.
 - III. Os adicionais da remuneração (insalubridade, periculosidade e noturno) se incorporam ao contrato de trabalho quando recebidos por mais de dez anos.
 - IV. A transferência de local de trabalho, de um município para outro, só legitima o direito ao adicional respectivo se o empregado mudar seu domicílio e se tratar de transferência provisória.
- É correto o que se afirma apenas em
- (A) III.
 - (B) IV.
 - (C) I e III.
 - (D) II e III.
 - (E) III e IV.
51. O empregado, quando despedido sem justa causa, tem direito
- (A) ao aviso prévio de trinta dias, acrescido de três dias para cada ano de serviço prestado ao empregador, até o máximo de sessenta dias, perfazendo o total de noventa dias.
 - (B) ao aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, nos termos da Constituição da República e Consolidação das Leis do Trabalho, sem qualquer limitação.
 - (C) ao levantamento dos depósitos do FGTS, com o acréscimo de 40%, salvo se já houver obtido novo emprego.
 - (D) ao seguro-desemprego, nos termos da lei, independentemente do fato de possuir outro emprego.
 - (E) ao pagamento das horas extras decorrentes da ausência de compensação da jornada extraordinária lançada no banco de horas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da prestação do trabalho.

52. Analise as proposições a seguir:

- I. A gestante goza de estabilidade no emprego desde a comunicação da gravidez ao empregador até cinco meses após o parto.
- II. A estabilidade provisória destinada ao membro eleito da comissão interna de prevenção de acidentes não beneficia o respectivo presidente.
- III. Todos os membros da comissão de conciliação prévia gozam de estabilidade provisória até um ano após o término do mandato, salvo se cometerem falta grave nos termos da lei.
- IV. A estabilidade provisória destinada ao empregado afastado por acidente do trabalho, correspondente a doze meses após a cessação do auxílio-doença acidentário, não impede a despedida por justa causa.

É correto apenas o contido em

- (A) I.
- (B) III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

53. Analise as proposições a seguir:

- I. O direito de reclamar créditos resultantes da relação de emprego, perante a Justiça do Trabalho, prescreve em cinco anos na vigência do contrato de trabalho para os trabalhadores urbanos, mas aos rurais aplica-se apenas a prescrição bienal, contada a partir da extinção contratual.
- II. Tratando-se de ação que envolva pedido de prestações sucessivas decorrentes de alteração do pactuado, a prescrição é parcial, exceto se o direito à parcela estiver também assegurado por lei.
- III. A pretensão à complementação de aposentadoria jamais recebida pelo empregado prescreve em dois anos contados da cessação do contrato de trabalho.
- IV. O direito de reclamar o gozo ou remuneração de férias prescreve em cinco anos após a expiração do período aquisitivo ou, se for o caso, no prazo de dois anos após o término do contrato de trabalho.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

54. Ao menor de dezoito anos não se permite

- (A) o trabalho noturno, perigoso ou insalubre, salvo na condição de aprendiz.
- (B) a prorrogação da jornada de trabalho, salvo motivo de força maior ou na hipótese de compensação prevista em convenção ou acordo coletivo, nos exatos termos da Consolidação das Leis do Trabalho.
- (C) a jornada superior a seis horas quando se tratar de estudante.
- (D) o pagamento de salário em utilidades.
- (E) a concessão de férias fora do período de férias escolares.

55. São princípios do direito coletivo do trabalho:

- (A) unicidade e livre associação sindical.
- (B) pluralidade e livre associação sindical.
- (C) pluralidade e autonomia privada coletiva.
- (D) pluralidade e associação sindical compulsória.
- (E) unicidade e preponderância do negociado sobre o legislado.

56. São órgãos da Justiça do Trabalho:

- (A) o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho, as Varas do Trabalho e os juizes de direito investidos de jurisdição trabalhista.
- (B) o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho, as Varas do Trabalho e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
- (C) o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho, os juizes do trabalho e os juizes de direito investidos de jurisdição trabalhista.
- (D) o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho.
- (E) o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho e os juizes do trabalho.

57. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar

- (A) as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e interno, inclusive da administração pública indireta da União, Estados e Municípios.
- (B) os conflitos de competência entre juizes de direito e juizes do trabalho.
- (C) as ações sobre representação sindical, inclusive sindicatos representativos de categoria dos servidores públicos estatutários.
- (D) a ação de cobrança de honorários dos profissionais liberais em face de seus clientes.
- (E) os recursos interpostos contra as sentenças de mérito, proferidas na Justiça Comum antes da promulgação da Emenda Constitucional n.º 45/2004.

58. São fontes formais do direito processual do trabalho:

- (A) as leis federais, a Consolidação das Leis do Trabalho, as convenções e os acordos coletivos de trabalho.
- (B) apenas as leis federais e a Consolidação das Leis do Trabalho.
- (C) as leis federais, estaduais ou municipais e a Consolidação das Leis do Trabalho.
- (D) as leis federais, a Consolidação das Leis do Trabalho e os costumes.
- (E) as leis federais, estaduais ou municipais, a Consolidação das Leis do Trabalho e os costumes.

59. Conforme entendimento do Tribunal Superior do Trabalho, o *jus postulandi* das partes, estabelecido na Consolidação das Leis do Trabalho, aplica-se

- (A) a todos os órgãos da Justiça do Trabalho, e também ao Supremo Tribunal Federal.
- (B) a todos os órgãos da Justiça do Trabalho.
- (C) apenas às Varas do Trabalho.
- (D) apenas às Varas do Trabalho e Tribunais Regionais do Trabalho, alcançando os processos de competência originária.
- (E) apenas às Varas do Trabalho e Tribunais Regionais do Trabalho, não alcançando a ação rescisória, a ação cautelar, o mandado de segurança e os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho.

60. São princípios de direito processual do trabalho:

- (A) instrumentalidade das formas, celeridade processual, concentração e inquisitorialidade.
- (B) contraditório, oralidade, concentração e duplo grau de jurisdição.
- (C) duplo grau de jurisdição, contraditório, instrumentalidade das formas e tarifamento das provas.
- (D) instrumentalidade das formas, concentração, inquisitorialidade e contraditório.
- (E) princípio da demanda, impulso oficial, instrumentalidade das formas e tarifamento das provas.

61. A petição inicial de uma reclamação trabalhista deve conter

- (A) a qualificação do reclamante e reclamado, uma breve exposição dos fatos, o pedido e o requerimento para citação do reclamado, com a especificação das provas que o reclamante pretende produzir.
- (B) a designação do juiz do trabalho a quem a demanda for dirigida, a causa de pedir, o pedido e o requerimento para citação do reclamado, com a especificação das provas que o reclamante pretende produzir.
- (C) a designação do juiz do trabalho ou juiz de direito a quem a demanda for dirigida, uma breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio, o pedido, a data e assinatura do reclamante ou de seu representante.
- (D) os mesmos requisitos do Código de Processo Civil.
- (E) os requisitos necessários à individualização da demanda, sendo imprescindível o requerimento para citação do reclamado e indicação das provas que o reclamante pretende produzir.

62. Conforme disposto na Consolidação das Leis do Trabalho, podem ser opostas, com suspensão do feito, as exceções de

- (A) suspeição ou incompetência.
- (B) impedimento ou coisa julgada.
- (C) suspeição, impedimento ou incompetência absoluta.
- (D) impedimento ou nulidade absoluta.
- (E) litispendência ou coisa julgada.

63. Na Justiça do Trabalho, não se submetem ao procedimento sumaríssimo

- (A) os órgãos da Administração Pública direta e indireta.
- (B) os órgãos da Administração Pública direta, autarquias e empresas públicas.
- (C) os órgãos da Administração Pública direta, autarquias, fundações públicas e sociedades de economia mista.
- (D) os órgãos da Administração Pública direta, autarquias e fundações públicas.
- (E) apenas os órgãos da Administração Pública direta.

64. No processo do trabalho, a compensação

- (A) pode ser arguida até em razões finais.
- (B) pode ser arguida até em grau de recurso ordinário.
- (C) pode ser conhecida de ofício pelo magistrado, por se tratar de matéria de ordem pública.
- (D) deve ser arguida apenas em reconvenção.
- (E) só poderá ser arguida como matéria de defesa.

65. Analise as proposições a seguir:

- I. A testemunha que for servidor público, inclusive de autarquias ou empresas públicas, e tiver que depor em horário de serviço, deverá ser requisitada ao chefe da repartição.
- II. No processo do trabalho, quando o valor da causa não exceder dois salários mínimos, será dispensável o resumo dos depoimentos das partes e testemunhas.
- III. A testemunha que for parente até o terceiro grau civil, ou que tenha litigado contra o mesmo empregador, é considerada suspeita, não devendo prestar compromisso.
- IV. A prova da jornada de trabalho incumbe, invariavelmente, ao empregado, pois trata-se de fato constitutivo de seu direito ao pagamento de horas extras.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) II.
- (B) IV.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) III e IV.

66. No processo do trabalho, os embargos de declaração

- (A) possuem caráter infringente, se prestando à superação de contradição entre a sentença e as provas produzidas.
- (B) podem ter efeito modificativo.
- (C) suspendem o prazo para interposição de outros recursos.
- (D) não se prestam ao prequestionamento de questão jurídica invocada no recurso principal, mas não enfrentada pelo Tribunal.
- (E) interrompem o prazo para interposição de outros recursos, mesmo quando apresentados fora do prazo legal.

67. Analise as seguintes proposições:

- I. Unirrecorribilidade, manutenção dos efeitos da sentença e irrecorribilidade das decisões interlocutórias são princípios do sistema recursal trabalhista.
- II. O acordo homologado judicialmente vale como sentença irrecorrível, exceto para a União, que poderá interpor o recurso cabível quanto às contribuições previdenciárias que considerar devidas.
- III. O prazo para interposição dos recursos trabalhistas é de oito dias, ficando ressalvados os órgãos da Administração Pública direta e indireta, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista, cujo prazo é de dezesseis dias.
- IV. A empresa condenada subsidiariamente fica dispensada do depósito recursal, se a responsável principal já o tiver realizado, independentemente de pleitear sua exclusão da lide.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

68. Quanto à ação rescisória, no processo do trabalho, é possível afirmar que

- (A) a revelia produz os efeitos da confissão.
- (B) é cabível para impugnar decisão homologatória de adjudicação ou arrematação.
- (C) caracteriza o dolo processual, previsto no art. 485, III, CPC, o simples fato de a parte vencedora haver silenciado a respeito de fatos contrários a ela.
- (D) o art. 485, VIII, CPC, ao tratar do fundamento para invalidar a confissão como hipótese de rescindibilidade da decisão judicial, refere-se à confissão real, fruto de erro, dolo ou coação, e não à confissão ficta resultante de revelia.
- (E) a ação rescisória calcada em violação de lei admite reexame de fatos e provas do processo que originou a decisão rescindenda.

69. O efeito suspensivo a eventual recurso trabalhista interposto pode ser obtido mediante

- (A) impetração do mandado de segurança.
- (B) requerimento de tutela antecipada.
- (C) ajuizamento de ação cautelar.
- (D) simples petição dirigida ao relator.
- (E) interposição do agravo de instrumento.

70. Sobre o Poder Normativo da Justiça do Trabalho, é correto afirmar que

- (A) pode ser exercido pelos juízes do trabalho, no preenchimento das lacunas no ordenamento jurídico trabalhista.
- (B) é exercido apenas pelo Tribunal Superior do Trabalho, na uniformização de sua jurisprudência, por meio da aprovação de súmulas e orientações jurisprudenciais.
- (C) é exercido, também, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, nos procedimentos para declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- (D) se trata de exceção ao princípio da demanda.
- (E) é exercido pelos Tribunais Regionais do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho no julgamento de dissídios coletivos de natureza econômica.

